



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju  
quarta-feira • 19 de novembro de 2014

# OAB/SE aponta irregularidades em delegacias da região metropolitana

**Segundo** a Ordem dos Advogados, são grandes fragilidades e situações indignas aos direitos humanos dos detentos

**A** Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Sergipe (OAB/SE), apresentou ontem às Secretarias de Estado da Justiça e da Cidadania, Segurança Pública, de Estado de Direitos Humanos e aos principais gestores do sistema carcerário estadual, o relatório final das visitas realizadas às delegacias metropolitanas de Aracaju. O levantamento realizado no sistema prisional da capital sergipana em 2014 aponta grandes fragilidades e situações indignas aos direitos humanos dos detentos.

das superlotações das celas em todas as delegacias, refeições inadequadas e de baixa qualidade e ambientes insalubres. Na 1ª Delegacia Metropolitana, há 55 presos ocupando quatro celas, quando a sua capacidade é de apenas 25 pessoas. Na 5ª Delegacia, há uma população de 42 detentos, sendo que a sua estrutura suporta somente 12 presos. No Complexo de Operações Policiais Especiais (Cope), não existe entrada de luz solar nas celas e não há banho de sol, devido à ausência de local próprio ou condições mínimas de segurança. Presos do local chegaram a denunciar que são espancados por policiais.

cima e uma salsicha. Os presos alegaram que não há remédios para aqueles que estão doentes e que a mangueira usada para o banho, dentro da cela, é a mesma usada para beber água.

A delegada esclareceu que as visitas ocorrem uma vez por semana, às quintas-feiras, à tarde, sendo permitida a entrada de alguns mantimentos secos. Durante a visita da Comissão, os detentos expuseram que as visitas dos familiares duram apenas três minutos, sem qualquer contato físico.

As visitas foram realizadas pela Comissão de Direitos Humanos da OAB/SE, no período de nove de maio a 19 de agosto deste ano. A utilização de delegacias como cadeias é uma das irregularidades citadas na reunião pelo delegado e vice-presidente da Associação dos Delegados de Polícia de Sergipe (Adepol/SE), Alexandre Pires. A Secretaria de Justiça de Sergipe informou que pretende construir novos presídios, sendo que três já estão em obra.

Nas vistorias, foram constata-

### • Superlotação

De acordo com a delegada da 1ª Delegacia Metropolitana, Maria Zunária, o número de entrada de novos detentos é superior ao número de vagas de transferências para os presídios. Na 1ª DM, os detentos têm direito a somente meia hora de banho de sol por dia, de segunda a quinta. Sobre a alimentação, são três por dia. O almoço é, basicamente, arroz, feijão, farinha por

### • Sejuc

O secretário da Justiça, Walter Lima, explica que as superlotações são ocasionadas porque a Secretaria não tem como encaminhar os detentos para o sistema prisional, visto que as unidades estão com déficit de vagas. "Para não tumultuar o processo, a Secretaria criou uma cota mensal, podendo receber apenas 260 presos, diferente da delegacia que recebe em torno de 500 presos. Portanto, está havendo mais prisões do que o sistema prisional pode suportar", conta. "Nesse



■ Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Sergipe, apresentou ontem relatório das visitas às delegacias

ano, nós não conseguimos arrecadar verbas para soluções, mas a OAB pretende somar esforços com a Secretaria da Justiça e a Secretaria de Segurança Pública, para fomentar essa cultura, junto ao governo do Estado, de se investir em segurança pública, que não é uma despesa. É um investimento, porque protege a sociedade", completa.

Após a reunião, a Comissão de Direitos Humanos encaminhará um ofício para o Secretário de Segurança Pública, a fim de solucionar a má qualidade da alimentação. Na ocasião, o Secretário de Justiça garantiu que já existem várias ações e encaminhamentos para ser minimizada, entre janeiro e março, a superlotação nas delegacias.

licitação global daqui a 15 dias para que seja aprovado na PGE. Nós vamos licitar e essa licitação só será possível por causa da denúncia da OAB, da Comissão dos Direitos Humanos e do Ministério Público."